

A EVOLUÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO NOS ÚLTIMOS QUATRO ANOS NO ALENTEJO

Factos e consequências

O crescimento do emprego no país nos últimos quatro anos foi muito insuficiente (0,8%) e apenas à custa do aumento da precariedade (em mais 20%).

No Alentejo o emprego diminuiu 4% (cerca de 14 milhares) desde o final de 2004. Foi a única região do país em que isso aconteceu. A precariedade aumentou 5%, enquanto que os contratos sem termo tiveram uma quebra de 2,4%. A região tem mais de 76 mil trabalhadores precários, situação que atinge 28,5% do total de assalariados.

O sector da agricultura, silvicultura e pesca perdeu 25,5% dos seus postos de trabalho, isto é, menos 12,5 milhares, tendo a indústria perdido 4,3% (3,6 mil postos de trabalho).

O Alentejo tem a mais alta taxa de desemprego do país, tanto a nível global (10%), como entre as mulheres (12%), tendo o desemprego crescido 2,5% face ao 4º trimestre de 2004.

No final de Fevereiro os desempregados inscritos nos centros de emprego dos três distritos da região ultrapassavam os 19 mil. O fim de trabalho não permanente é a primeira causa do desemprego no Alentejo (51%), seguindo-se os despedimentos (18%), que cresceram 68% no último ano.

Somente 68% dos desempregados da região tem prestações de desemprego. Os valores médios do subsídio de desemprego por beneficiário não chegam aos 507 euros. O subsídio social de desemprego não ultrapassa, em média, os 317 euros.

O salário médio mensal líquido do Alentejo (711 euros) representa 93% da média nacional. 46% dos trabalhadores da região auferem salários baixos dos 600 euros, percentagem que se eleva a 59% na indústria. 9,3% dos trabalhadores por conta de outrem recebe o salário mínimo nacional, chegando aos 13% entre as mulheres trabalhadoras.

O peso do Alentejo no PIB nacional tem-se mantido constante, em torno dos 5%, ou seja, esta região, que ocupa 1/3 do território nacional, representa apenas 1/20 do total da riqueza produzida no país. Mas analisando a riqueza por sector, verifica-se que perto de 1/5 da produção nacional na agricultura, silvicultura, pesca e aquicultura é produzida no Alentejo.

Na Região do Alentejo só uma sub-região, o Alentejo Litoral, tem um valor do PIB per capita acima da média nacional, sendo a média da região de 15.229 euros/ano. Traduz o sub-aproveitamento da força de trabalho e o elevado desemprego.

O valor médio produzido por trabalhador no Alentejo é 2.622 euros/mês, o que, comparado com o salário médio da região – 711 euros, dá uma aproximação do grau de exploração que os trabalhadores estão sujeitos. Estes dados traduzem a aposta num modelo de desenvolvimento baseado nos baixos salários, na fraca qualificação e na reduzida incorporação valor acrescentado no processo produtivo.

Tem havido uma progressiva desresponsabilização do Estado no que respeita ao investimento público. Os montantes previstos para 2009 no país estão 31% abaixo dos previstos para 2005 em termos nominais. As quebras nos três distritos do Alentejo são ainda mais acentuadas do que no conjunto do país (58%).

No Alentejo a percentagem de pobres (20%) é ainda mais elevada do que no total nacional (19%). A despesa em protecção social (26% em 2006) é mais baixa que a média da UE27.

Os lucros dos grandes grupos económicos e financeiros são o espelho de quem tem vindo a beneficiar da política de direita. Só no ano de 2008, o lucro de 18 grupos económicos, equivale a 460 euros por português, numa intolerável apropriação de riqueza e ineficaz distribuição do rendimento.

70% da população empregada na região tem no máximo o 9º Ano de escolaridade. Somente 3,5% dos adultos dos 25 aos 64 anos residentes na região participou na aprendizagem ao longo da vida, sendo o abandono escolar precoce de 28%.

As Novas Oportunidades abrangeram apenas 27% dos adultos em cursos de educação e formação face ao previsto até final de 2007 a nível nacional. Por outro lado, o grau de desperdício do investimento em educação é elevado e está a aumentar. A taxa de desemprego dos licenciados do país (6,7% no 4º trimestre de 2008), não é a mais elevada de todos os níveis de ensino, mas ultrapassa a dos que não completaram qualquer grau de ensino (5,7%) e aumentou desde final de 2004 (era 5,8%).

As pensões de reforma pagas pela Segurança Social são muito baixas (menos de 387 euros/mês, em média, no país). Os três distritos do Alentejo estão abaixo da média nacional.

Estes são dados objectivos que demonstram que a situação social no nosso país e na Região Centro está em retrocesso em muitos domínios. Pela injustiça que a consubstancia e as desigualdades que promove, esta é uma política que não serve os interesses dos trabalhadores e do país. Hoje, mais do que nunca, é necessário promover uma ruptura com a política de direita.

Portugal precisa de uma outra política que respeite e valorize os direitos dos trabalhadores; promova uma mais justa repartição da riqueza e assuma a coesão social como prioridade; assegure um desenvolvimento mais equilibrado do país, combatendo as assimetrias regionais e a progressiva desertificação de vastas áreas do interior.

Mudar de rumo é urgente, necessário e possível.

6 de Abril de 2009